



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2002

Acrescenta inciso X ao parágrafo único do art. 145 e §§ 6º e 7º ao art. 148 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para permitir que o eleitor vote fora de sua seção eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passa a vigorar acrescida de inciso X ao parágrafo único do art. 145 e dos §§ 6º e 7º ao art. 148, com a seguinte redação:

Art. 145.

Parágrafo único.

X – o eleitor que não puder comparecer a sua seção eleitoral no dia da votação, cumpridas as formalidades previstas nos §§ 6º e 7º do art. 148. (NR)

Art. 148.

§ 6º Para votar fora de sua seção eleitoral o eleitor deverá solicitar autorização ao juiz eleitoral de sua circunscrição, no prazo mínimo de 60 dias antes das eleições, mediante o preenchimento de formulário próprio, instruído com justificativa e documento comprobatório de sua residência.

§ 7º Homologado o pedido, o juiz eleitoral promoverá a transferência temporária da folha individual de votação para a seção mais próxima da residência indicada pelo eleitor. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A universalização do uso dos meios eletrônicos de votação para todos os municípios, nas próximas eleições, confere maior segurança, confiabilidade e rapidez ao processo eleitoral e conclui uma etapa importante do processo de modernização e democratização do procedimento eleitoral, iniciado com a Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985 (que determinou o processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado). O recadastramento eleitoral efetuado em 1986 e o processamento eletrônico da votação complementaram o processo e permitiram seu constante aprimoramento, dentro de boa margem de segurança.

Nessas condições, o voto fora da seção eleitoral, que vem sendo reiteradamente solicitado pelos eleitores, pode se tornar viável, mediante duas alterações no código eleitoral, como se esclarece a seguir.

A Lei nº 9.504, de 1997 (Lei Eleitoral) em seu art. 91, proíbe, no período dos cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição, o recebimento de requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência de título, o que impede os eleitores que estiverem residindo fora de seu domicílio eleitoral de votar em seu candidato, a menos que viajem até o domicílio. Impossibilitado de viajar, o eleitor deve justificar sua ausência. A mudança que se propõe no código eleitoral virá permitir, aos eleitores que não conseguirem transferir seu título, um novo prazo para comunicar ao juiz eleitoral a impossibilidade de comparecimento a sua seção eleitoral e para solicitar a transferência temporária de sua folha de votação para o município, onde se encontrará no dia das eleições. O pedido, em formulário próprio e instruído com comprovante de residên-

cia do eleitor, só será aceito até 60 dias antes das eleições.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2002. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

Institui o Código Eleitoral.

Art. 142.

Art. 143.

Art. 144.

Art. 145. O Presidente, Mesários, Secretários, suplentes e os Delegados e Fiscais de partido votarão perante as Mesas em que servirem, sendo que os Delegados e Fiscais, desde que a credencial esteja visada na forma do art. 131, § 3º; quando eleitores de outras Seções, seus votos serão tomados em separado.

• **Caput** com a redação dada pelo art. 27 da Lei nº 4.961, de 4-5-66 (**DO** de 6-5-66).

* V. nota ao § 3º do art. 131 deste Código.

• Legislação Complementar: Lei nº 6.996/82, art. 12, §§ 1º e 3º: casos de votos fora da Seção Eleitoral e não tomados em separado.

Parágrafo único. Com as cautelas constantes do art. 147, § 2º, poderão ainda votar fora da respectiva Seção:

• V. segunda nota ao **caput** deste artigo.

I – o Juiz Eleitoral, em qualquer Seção da Zona sob sua jurisdição, salvo em eleições municipais, nas quais poderá votar em qualquer Seção do Município em que for eleitor;

II – o Presidente da República, o qual poderá votar em qualquer Seção Eleitoral do País, nas eleições presidenciais; em qualquer Seção do Estado em que for eleitor, nas eleições para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual; em qualquer Seção do Município em que estiver inscrito, nas eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador;

III – os candidatos à Presidência da República, em qualquer Seção Eleitoral do País, nas eleições presidenciais, e, em qualquer Seção do Estado em que forem eleitores, nas eleições de âmbito estadual;

IV – os Governadores, Vice-Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, em qualquer Seção do Estado, nas eleições de âmbito nacio-

nal e estadual; em qualquer Seção do Município de que sejam eleitores, nas eleições municipais;

V – os candidatos a Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual, em qualquer Seção do Estado de que sejam eleitores, nas eleições de âmbito nacional e estadual;

VI – os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, em qualquer Seção de Município que representarem, desde que eleitores do Estado, sendo que, no caso de eleições municipais, nelas somente poderão votar se inscritos no Município;

VII – os candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, em qualquer Seção de Município, desde que dele sejam eleitores;

VIII – os militares, removidos ou transferidos dentro do período de 6 (seis) meses antes do pleito, poderão votar nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República na localidade em que estiverem servindo

IX – os policiais militares em serviço.

CAPÍTULO IV Do ato de votar

Art. 146.

Art. 147.

Art. 148. O eleitor somente poderá votar na Seção Eleitoral em que estiver incluído o seu nome.

§ 1º Essa exigência somente poderá ser dispensada nos casos previstos no art. 145 e seus parágrafos.

* V. segunda nota ao inciso IX do parágrafo único do art. 145.

• Legislação Complementar: Lei nº 9.504/97, art. 62: inaplicabilidade da ressalva na votação eletrônica.

§ 2º Aos eleitores mencionados no art. 145 não será permitido votar sem a exibição do título, e nas folhas de votação modelo 2 (dois), nas quais lançarão suas assinaturas, serão sempre anotadas na coluna própria as Seções mencionadas nos títulos retidos.

§ 3º Quando se tratar de candidato, o Presidente da Mesa Receptora verificará, previamente, se o nome figura na relação enviada à Seção, e quando se tratar de Fiscal de partido, se a credencial está devidamente visada pelo Juiz Eleitoral.

• Os §§ 4º e 5º foram revogados pelo art. 29 da Lei nº 4.961, de 4-5-66 (DO de 6-5-66).

LEI Nº 7.444, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985

Dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado, e dá outras providências.

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

Art. 91. Nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência será recebido dentro dos cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 06 - 08 - 2002